

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcddh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1953/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias individuais da Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, que seriam usufruídas no período de 1º a 20.7.2018, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3910/2016).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1952/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4326/2017-PGJ, de 14.12.2017, com redação dada pela Portaria nº 130/2018-PGJ, de 15.1.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Campo Grande, referente ao primeiro semestre de 2018, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (TELEFONE: 98478-2431)
11 (18h01min) a 18.6.2018 (7h59min)	Rogério Augusto Calabria de Araujo

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PLANTÃO CÍVEL (TELEFONE: 98478-2431)
11 (18h01min) a 18.6.2018 (7h59min)	Cristiane Amaral Cavalcante

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1954/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias individuais aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO INDEFERIDO
Fabricio Proença de Azambuja	2017/2018	6.6 a 5.7.2018
Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues	2017/2018	6.6 a 5.7.2018
Paula da Silva Volpe	2017/2018	2 a 31.7.2018
Tiago Di Giulio Freire	2017/2018	7.6 a 6.7.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1961/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1878/2018-PGJ, de 4.6.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de junho de 2018, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
16 e 17.6.2018	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
23 e 24.6.2018	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 98122-6050 99905-8114

REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
23 e 24.6.2018	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380
30.6 e 1º.7.2018	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL			
16 e 17.6.2018	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 98122-6050 99905-8114
23 e 24.6.2018	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317

REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
23 e 24.6.2018	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
30.6 e 1º.7.2018	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1959/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/1184/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1960/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Paulo Henrique Camargo Iunes 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 2013/2018, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/1840/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1963/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 10º Promotor de Justiça de Dourados, Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na sessão plenária do Júri do dia 20.6.2018, na referida Comarca, no julgamento do Processo nº 0002465-73.2017.8.12.0002.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1939/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais da Ata de Registro de Preços nº 11/PGJ/2017, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal – Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação; 2.1) Suplente – Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia (Processo PGJ/10/2640/2017).

Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1962/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Carla Bianca Rodrigues da Silva para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1964/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear João Verissimo de Luna Junior para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 1936/2018-PGJ, DE 7.6.2018**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Hermes Alencar de Lima, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Presidência da Comissão Permanente de Licitação, nos dias 11 e 12.6.2018 e no período de 14 a 18.6.2018, por motivo de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral e licença em razão de doação de sangue do titular, Emervel Carmona Gomes.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1937/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Correspondências, no dia 8.6.2018, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Wanessa Barbosa Santana.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1938/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Manoela Souza Schmitz, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça de Corumbá, no período de 23 a 25.5.2018, em razão de férias da servidora Gillielen Laura Alves Lobo Ruso.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1940/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender, a partir de 12.5.2018, as férias concedidas à servidora Irene Távora de Souza Silva, por meio da Portaria nº 1280/2018-PGJ, de 11.4.2018, a serem usufruídas no período de 8 a 18.11.2018, em razão de licença-maternidade, nos termos do artigo 10, inciso IV, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1941/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender, a partir de 28.5.2018, as férias concedidas à servidora Gláuce Jardi Bezerra, por meio da Portaria nº 4133/2017-PGJ, de 29.11.2017, a serem usufruídas no período de 4 a 6.7.2018, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1942/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 29.5.2018, as férias da servidora Josiany da Costa Maia Andrin, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, com a redação dada pela Portaria nº 853/2018-PGJ, de 6.3.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas nos dias de 20 a 21.9.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1943/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Rejane Sena Pereira da Silva, por meio da Portaria nº 1550/2017-PGJ, de 11.5.2017, com suas modificações, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.6.2018, a serem usufruídas no período de 2 a 11.7.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1944/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Rafaela Dutra Marques, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que seriam usufruídas no período de 4 a 13.6.2018, a serem usufruídas no período de 4 a 13.7.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1945/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 19.6.2018, as férias da servidora Fernanda Meira Guerra Birolini, concedidas por meio da Portaria nº 1638/2018-PGJ, de 11.5.2018, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 5 a 9.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1946/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Gláuce Jardim Bezerra, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 28.5 a 26.6.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1947/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Luciana Rodrigues Mandu, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 28.5 a 1º.6.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1948/2018-PGJ, DE 7.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio da portaria abaixo relacionada e suas modificações, nos termos do artigo 9º, § 1º, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aline de Andrade Lara Moreira	2017/2018	21 a 30.5.2018	1º a 10.10.2018		4 a 13.6.2018
Cecilia Soares de Paiva	2015/2016	20 a 29.6.2018	15 a 24.10.2018		4 a 13.6.2018
Huanderson Salomão de Oliveira Borges	2017/2018	2 a 11.7.2018	10 a 19.9.2018		3 a 12.5.2018
Jonathas Santos de Oliveira	2016/2017	9 a 28.7.2018			21 a 30.5.2018
Nilson Antonio Verga	2017/2018	19 a 28.7.2018	5 a 14.12.2018		9 a 18.7.2018
Willian Lugo Yamaura	2016/2017	18.6 a 7.7.2018			9 a 18.7.2018

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Aline de Andrade Lara Moreira	2017/2018	21 a 30.5.2018	10 a 19.9.2018		4 a 13.6.2018
Cecilia Soares de Paiva	2015/2016	15 a 24.10.2018	19 a 28.11.2018		4 a 13.6.2018
Huanderson Salomão de Oliveira Borges	2017/2018	16 a 25.7.2018	10 a 19.9.2018		3 a 12.5.2018
Jonathas Santos de Oliveira	2016/2017	27.8 a 5.9.2018	1º a 10.10.2018		21 a 30.5.2018
Nilson Antonio Verga	2017/2018	19 a 28.7.2018	7 a 16.1.2019		9 a 18.7.2018
Willian Lugo Yamaura	2016/2017	2 a 21.7.2018			22 a 31.7.2018

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1955/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Retificar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias à servidora Rachel Barbosa Poltronieri Florence, de forma que, onde consta: “Período Aquisitivo - 2015/2016”, passe a constar: “Período Aquisitivo - 2013/2014”.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1956/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1800/2017-PGJ, de 2.6.2017, e suas modificações, na parte em que se concedeu férias regulamentares à então servidora Débora Hidalgo de Moraes, que seriam usufruídas no período de 5 a 14.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1957/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Eliane Angelina Simões Moreira Sô e Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21 a 25.5.2018, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1958/2018-PGJ, DE 8.6.2018

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte em que se concedeu férias regulamentares ao então servidor Renato Justo de Souza, que seriam usufruídas nos períodos de 15 a 24.10.2018 e de 5 a 14.11.2018, bem como a conversão em abono pecuniário no período de 28.11 a 7.12.2018, e a Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, na parte em que lhe concedeu férias no período de 1º a 10.8.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

COMISSÃO ELEITORAL**AVISO Nº 002/2018/CE-CGMP**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL PARA ELEIÇÃO DO CORREGEDOR-GERAL E DO CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO PARA O BIÊNIO DE 2018/2020, composta pelos Procuradores de Justiça Sérgio Luiz Morelli, Hudson Shiguer Kinashi e Irma Vieira de Santana e Anzoategui, comunica o resultado da eleição realizada em reunião extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça no dia 7 de junho de 2018, para o cargo de Corregedor-Geral e de Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2018/2020:

Corregedor-Geral do Ministério Público:

Dr. Edgar Roberto Lemos de Miranda – 11 (onze) votos;
Dr. Marcos Antonio Martins Sottoriva – 15 (quinze) votos e
Dr. Mauri Valentim Riciotti – 5 (cinco) votos.

Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público:

Dr. Antonio Siufi Neto – 19 (dezenove) votos e
Dr. Aroldo José de Lima – 12 (doze) votos.

Campo Grande, 8 de junho de 2018.

SÉRGIO LUIZ MORELLI
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão Eleitoral

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE002653 DE 07.06.2018 DO PROCESSO PGJ/10/1988/2018.**

Credor: NACIONAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 47/PGJ/2017 – Ata Registro de Preços nº 14/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de Caixa de papelão onda simples (tipo maleta), medindo 35 cm de altura x 36 cm de largura x 46 cm de comprimento, gramatura mínima do papelão: 400 g/m² (espessura mínima de 3mm), tipo de onda: B, coluna: 4,5 Kgf/cm ou superior, com impressão lateral contendo os seguintes símbolos: indicativo direcional (seta), frágil, não molhe e empilhamento máximo de 4 caixas, Marca: São José (item 3); Caixa de papelão onda simples (tipo maleta), medindo 18 cm de altura x 28 cm de largura x 35 cm de comprimento, gramatura mínima do papelão: 400 g/m² (espessura mínima de 3mm), tipo de onda: B, coluna: 4,5 Kgf/cm ou superior, com impressão lateral contendo os seguintes símbolos: indicativo direcional (seta), frágil, não molhe e empilhamento máximo de 4 caixas. Marca: São José (item 4).

Valor: R\$4.770,00 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE002653 de 07.06.2018.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2018NE002654 DE 07.06.2018 DO PROCESSO PGJ/10/1999/2018.

Credor: COMERCIAL MISSÕES LTDA.

Ordenadora de despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial 13/PGJ/2017.

Objeto: Aquisição de Gás liquefeito de petróleo, acondicionado em botijão de 13 kg (recarga), marca: Ultragaz (Lote3 – Item 1).

Valor: R\$ 916,50 nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE002654, de 07.06.2018.

Amparo Legal: Lei nº 10.520, de 17.07.2002.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 121/PGJ/2018.

Processo: PGJ/10/1900/2018.

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2- BENEFICIADORA DE CEREAIS RIO VERDE LTDA, representada por Alcindo Domingues Ramos.

Amparo legal: Inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Fornecimento de recarga de água mineral em galão de 20 litros, para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo – MS.

Valor estimado mensal: R\$180,00 nos termos da Nota de Empenho 2018NE002452 de 24.05.2018.

Vigência: 29.05.2018 a 31.12.2018.

Data de assinatura: 29 de maio de 2018.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 0033/2018/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001047-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Campo Grande, Conselho Regional de Contabilidade - CRC- MS

Objeto(s): Acompanhar a evolução do processo de licenciamento ambiental e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta e aditivos firmados entre Ministério Público e Conselho Regional de Contabilidade, com inclusão do Município de Campo Grande/MS, nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00001096-0.

Campo Grande, 07 de junho de 2018

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAARAPÓ

EDITAL 0006/2018/01PJ/CRP

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1730, Vila Planalto, em Caarapó-MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002080-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Câmara Municipal de Caarapó.

Assunto: Acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas por ocasião termo de ajustamento de conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 001/2012.

Caarapó/MS, 06 de junho de 2018.

FERNANDA ROTTILI DIAS

Promotora de Justiça

MARACAJU

RECOMENDAÇÃO MPEDUC (MARACAJU)

RECOMENDAÇÃO MPF nº 25/2018 – GABPRM3-MLN (IC 1.21.001.000379/2014-79)

RECOMENDAÇÃO MPMS nº 002/2018 (Procedimento Administrativo nº 004/2015)

Eixo Temático: Aquisição de Materiais e Equipamentos Escolares, Alimentação Escolar Adequada (Equipamentos, Refeitório e Cozinha) e o Atendimento das Normas Escolares necessárias ao Bom Desempenho dos Centros Integrados de Educação Infantil e das Escolas Municipais.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seus representantes que ao final assinam, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, *caput* e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, no artigo 6º, inciso II da Lei complementar nº 75/93, no artigo 27, incisos II e IV da Lei nº 8.625/93 e no artigo 201, § 5º, alínea “c”, da Lei nº 8.069/90.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo zelar pela observância da legalidade, impessoalidade e moralidade da administração pública;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o representante do Ministério Público poderá expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública relativos à crianças e adolescentes, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação do direito fundamental à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (art. 205, da

constituição Federal), assegurando educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (art. 208, inciso I, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, incisos I e IV, da Lei Federal nº 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a criança e ao adolescente, por expressa determinação do art. 227, caput, da Constituição Federal, é destinatária da mais absoluta prioridade, por parte do Poder Público, sendo que tal garantia de prioridade, *ex vi* do disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas "b", "c" e "d", da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre outras, importa na precedência de atendimentos no serviço público ou de relevância pública, preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas e na destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude, razão pela qual está a assegurar recursos orçamentários em caráter privilegiado para a implantação e manutenção de políticas de atendimento à criança e ao adolescente que, por sua vez, terão preferência na execução deste mesmo orçamento;

CONSIDERANDO que o art. 206 da Constituição Federal prevê que o ensino será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência da escola e na garantia de padrão de qualidade;

CONSIDERANDO que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, de forma que o seu não oferecimento pelo poder público, ou sua oferta irregular, sem a observância de padrões mínimos de qualidade, importa em responsabilização da autoridade competente (artigos 206, VII c/c 208, §§1º e 2º da Constituição Federal e artigos 3º, inciso IX e 4º, incisos I e IX da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96;

CONSIDERANDO que a efetiva garantia do direito à educação pressupõe que seja assegurada igualdade de condições de acesso e permanência do educando na escola, consoante disposto no artigo 206, I, da CRFB/88, o que exige que os estabelecimentos da rede pública de ensino ofereçam à comunidade escolar infraestrutura segura e adequada às necessidades educacionais;

CONSIDERANDO que as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação-MPEDUC evidenciam que a maioria dos Centros Integrados de Educação Infantil e das escolas Municipais do Município de Maracaju - MS não possuem uma biblioteca adequada;

CONSIDERANDO que a Lei Federal 12.244/2010 estabelece, em seu artigo 1º que todas as instituições de ensino, público e privadas, de todos os sistemas de ensino do País, contarão com biblioteca;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º da referida Lei Federal, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo e leitura;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do referido artigo estabelece que será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares;

CONSIDERANDO, ainda, que o artigo 3º destaca que os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos;

CONSIDERANDO o projeto do Ministério Público pela Educação (MPEDUC), cujo objetivo é resguardar o direito à educação básica de qualidade para os brasileiros;

CONSIDERANDO os registros fotográficos e as irregularidades constatadas nos termos de visitação realizados nos Centros Integrados de Educação Infantil e nas escolas Municipais do Município de Maracaju - MS;

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de garantia de infraestrutura mínima para as crianças e adolescentes matriculados nos estabelecimentos de ensino em questão, de forma a não expor a risco a sua integridade física ou comprometer o processo de aprendizagem, o que exige a adoção de medidas céleres por parte do Município de Maracaju/MS, a fim de assegurar padrões mínimos e dignos de funcionamento às unidades da rede pública de ensino;

RECOMENDAM:

Ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Maracaju-MS e à Secretária Municipal de Educação que providenciem as seguintes medidas, necessárias ao bom desempenho das atividades escolares:

1 – Em relação ao CIEI GREGÓRIA MARTINS (relatório de visitação às fls. 122/125):

- a) a ampliação do acervo de livros disponíveis na sala de leitura, de, no mínimo, um título para cada criança matriculada;
- b) a efetiva fiscalização da utilização dos computadores, de acordo com a faixa etária da criança;
- c) a aquisição dos utensílios necessários à manipulação adequada dos alimentos na cozinha (panelas e vasilhas maiores, manutenção ou aquisição de fogões);
- d) a aquisição dos materiais didáticos adequados às crianças com deficiência;
- e) a criação de uma sala de recursos multifuncionais;
- f) a exigência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas, de frequência da criança, conforme estabelecido no artigo 24, VI, da Lei 9.394/96;
- g) a fixação dos documentos relativos à prestação de contas dos recursos e bens recebidos à disposição para consulta na unidade do CIEI, por tempo indeterminado;
- h) a criação e fixação de cartaz informativo, nas dependências do CIEI em local de fácil acesso, da relação dos membros que compõe a Unidade Executória Própria – UEX (Associação de Apoio à Escola), bem como de demonstrativo sintético dos recursos, bens e materiais didáticos, por tempo indeterminado;
- i) e a adoção das providências necessárias para garantir que os livros recebidos pelo Programa Nacional de Livro Didático – PNLD cheguem em quantidade suficiente aos alunos e no tempo adequado.

2 – Em relação ao CIEI NOSSA SENHORA AUXILIADORA (relatório de visitação às fls. 134/136):

- a) a criação de uma biblioteca e a ampliação do acervo de livros disponíveis, de, no mínimo, um título para cada criança matriculada;
- b) a aquisição e a manutenção adequada dos computadores existentes, necessários ao bom desempenho das atividades escolares;
- c) a aquisição dos utensílios necessários à manipulação adequada dos alimentos na cozinha (aquisição de panelas, inclusive de pressão e vasilhas);
- d) a aquisição de equipamentos adequados para o armazenamento de produtos alimentícios;
- e) a criação de um refeitório;
- f) a adaptação ou ampliação dos banheiros, para as pessoas com deficiência, de ambos os sexos;
- g) a aquisição dos materiais didáticos adequados às crianças com deficiência;
- h) a criação de uma sala de recursos multifuncionais;
- i) o atendimento do disposto na Resolução n.º 02/2009 e no Parecer CNE/CEB nº 09/2009 (de 06 a 08 crianças por professor, no caso de crianças de zero a um ano, 15 crianças por professor, no caso de criança de dois e três anos e 20 crianças por professor, nos agrupamentos de crianças de quatro a cinco anos); até 25 alunos por sala);
- j) a criação e a fixação de cartaz informativo, nas dependências do CIEI em local de fácil acesso, da relação dos membros que compõe a Unidade Executória Própria – UEX (Associação de Apoio à Escola), bem como de demonstrativo sintético dos recursos, bens e materiais didáticos, por tempo indeterminado;
- k) e a adoção das providências necessárias para garantir que os livros recebidos pelo Programa Nacional de Livro Didático – PNLD cheguem em quantidade suficiente aos alunos e no tempo adequado.

3 – Em relação ao CIEI SÃO BENEDITO (relatório de visitação às fls. 157 e 169):

- a) a criação de uma biblioteca e a ampliação do acervo de livros disponíveis, de, no mínimo, um título para cada criança matriculada;

- b) a adaptação ou ampliação dos banheiros, para as pessoas com deficiência, de ambos os sexos;
- c) a contratação de professores, nos termos da lei, necessários ao bom desempenho das atividades escolares, em atendimento a Resolução n.º 02/2009 e no Parecer CNE/CEB nº 09/2009 (de 06 a 08 crianças por professor, no caso de crianças de zero a um ano, 15 crianças por professor, no caso de criança de dois e três anos e 20 crianças por professor, nos agrupamentos de crianças de quatro a cinco anos); até 25 alunos por sala);
- d) a fixação dos documentos relativos à prestação de contas dos recursos e bens recebidos à disposição para consulta na unidade escolar, por tempo indeterminado;
- e) e a criação e a fixação de cartaz informativo, nas dependências da CIEI em local de fácil acesso, da relação dos membros que compõe a Unidade Executória Própria – UEX (Associação de Apoio à Escola), bem como de demonstrativo sintético dos recursos, bens e materiais didáticos, por tempo indeterminado.

4 – Em relação ao CIEI MARIA DALPHINA REZENDE DE CASTRO (relatório de visitação às fls. 111/112):

- a) a criação de uma biblioteca e a ampliação do acervo de livros disponíveis, de, no mínimo, um título para cada criança matriculada;
- b) a aquisição e a manutenção adequada dos computadores, necessários ao bom desempenho das atividades escolares;
- c) a aquisição dos utensílios necessários à manipulação adequada dos alimentos na cozinha (pratos, talheres, liquidificador, armários para guardar os utensílios e uma geladeira maior);
- d) a reforma do espaço físico do refeitório;
- e) a adaptação ou a ampliação dos banheiros, para as pessoas com deficiência, de ambos os sexos;
- f) a aquisição dos materiais didáticos adequados às crianças com deficiência;
- g) a criação de uma sala de recursos multifuncionais;
- h) e a criação e a fixação de cartaz informativo, nas dependências do CIEI em local de fácil acesso, da relação dos membros que compõe a Unidade Executória Própria – UEX (Associação de Apoio à Escola), sintético bem como de demonstrativo dos recursos, bens e materiais didáticos, por tempo indeterminado.

5 – Em relação ao CIEI WALTRUDES FERREIRA MUZZI (relatório de visitação às fls. 158 e 172):

- a) a criação de uma biblioteca e a ampliação do acervo de livros disponíveis, de, no mínimo, um título para cada criança matriculada;
- b) a adaptação ou a ampliação dos banheiros, para as pessoas com deficiência, de ambos os sexos;
- c) a aquisição dos materiais didáticos adequados às crianças com deficiência;
- d) a criação de uma sala de recursos multifuncionais;
- e) e a adoção das providências necessárias para garantir o recebimento de livros pelo Programa Nacional de Livro Didático – PNLD em quantidade suficiente aos alunos e no tempo adequado.

6 – Em relação ao CIEI CASA DA CRIANÇA DONA MARGARIDA FERREIRA BRAGA (relatório de visitação às fls. 157 e 162):

- a) a criação de uma biblioteca e a ampliação do acervo de livros disponíveis, de, no mínimo, um título para cada criança matriculada;
- b) a adaptação ou a ampliação dos banheiros, para as pessoas com deficiência, de ambos os sexos;
- c) a aquisição dos materiais didáticos adequados às crianças com deficiência;
- d) a criação de uma sala de recursos multifuncionais;
- e) e a criação e a fixação de cartaz informativo, nas dependências do CIEI em local de fácil acesso, da relação dos membros que compõe a Unidade Executória Própria – UEX (Associação de Apoio à Escola), bem como de demonstrativo sintético dos recursos, bens e materiais didáticos, por tempo indeterminado.

7 – Em relação ao CIEI JOANA SAYD (relatório de visitação às fls. 157 e 165):

- a) a criação de uma biblioteca e a ampliação do acervo de livros disponíveis, de, no mínimo, um título para cada criança matriculada;
- b) a aquisição dos materiais didáticos adequados às crianças com deficiência;
- c) a criação de uma sala de recursos multifuncionais;

- d) a adoção das providências necessárias para garantir o recebimento de livros pelo Programa Nacional de Livro Didático – PNLD em quantidade suficiente aos alunos e no tempo adequado;
- e) e o repasse ao CIEI das verbas do PDDE.

8 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL EDUCAR PARA CRESCER (relatório de visitação às fls. 159 e 177/178):

- a) a criação de uma biblioteca e a ampliação do acervo de livros disponíveis na sala de leitura, de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado;
- b) a aquisição de computadores em número suficiente e em efetivo funcionamento para os alunos;
- c) a adoção de providências quanto ao efetivo funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado das salas dos alunos, junto a rede elétrica de energia;
- d) a adoção de providências quanto a regularização do terreno da quadra de esportes;
- e) e o aumento do número de professores, nos termos da lei, necessários ao bom desempenho das atividades escolares.

9 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA LINO BRAGA (relatório de visitação às fls. 159 e 180):

- a) a aquisição de computadores em número suficiente e em efetivo funcionamento para os alunos;
- b) a criação de um refeitório e de um almoxarifado;
- c) a aquisição dos utensílios necessários à manipulação adequada dos alimentos na cozinha (panelas);
- d) a prestação de contas, pela Unidade Executora Própria UEX (Associação de apoio à escola) à Secretaria de Educação do Município, dos recursos e bens recebidos;
- e) a fixação dos documentos relativos à prestação de contas dos recursos e bens recebidos à disposição para consulta na unidade escolar, por tempo indeterminado;
- f) a criação e fixação de cartaz informativo, nas dependências do CIEI em local de fácil acesso, da relação dos membros que compõe a Unidade Executória Própria – UEX (Associação de Apoio à Escola), bem como de demonstrativo sintético dos recursos, bens e materiais didáticos, por tempo indeterminado
- g) e o repasse ao CIEI das verbas do PDDE.

10 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PEDRO FERNANDES (relatório de visitação às fls. 160 e 183):

- a) a aquisição de computadores em número suficiente e em efetivo funcionamento para os alunos;
- b) a prestação de contas, pela Unidade Executora Própria UEX (Associação de apoio à escola) à Secretaria de Educação do Município, dos recursos e bens recebidos;
- c) a fixação dos documentos relativos à prestação de contas dos recursos e bens recebidos à disposição para consulta na unidade escolar, por tempo indeterminado;
- d) e a criação e a fixação de cartaz informativo, nas dependências da escola em local de fácil acesso, da relação dos membros que compõe a Unidade Executória Própria – UEX (Associação de Apoio à Escola), bem como de demonstrativo sintético dos recursos, bens e materiais didáticos, por tempo indeterminado.

11 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ PEREIRA DA ROSA (relatório de visitação às fls. 160 e 186):

- a) a criação de uma biblioteca, que tenha, no mínimo, um título de livro disponível, para cada aluno matriculado;
- b) a aquisição de computadores em número suficiente e em efetivo funcionamento para os alunos;
- c) a contratação de professores, nos termos da lei, necessários ao bom desempenho das atividades escolares;
- d) e a criação e a fixação de cartaz informativo, nas dependências da escola em local de fácil acesso, da relação dos membros que compõe a Unidade Executória Própria – UEX (Associação de Apoio à Escola), bem como de demonstrativo sintético dos recursos, bens e materiais didáticos, por tempo indeterminado.

12 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL JÚLIO MULER - PÓLO (relatório de visitação à f. 41):

- a) a criação de uma biblioteca, que tenha, no mínimo, um título de livro disponível, para cada aluno matriculado;
- b) a criação de um refeitório;

- c) a ampliação do espaço físico da cozinha, necessários à manipulação adequada dos alimentos;
- d) a aquisição e a correta manutenção dos bebedouros disponíveis aos alunos, em temperatura adequada;
- e) a ampliação do espaço físico disponível para o armazenamento dos produtos alimentícios;
- f) e a adaptação ou ampliação dos banheiros, para as pessoas com deficiência, de ambos os sexos.

13 – Em relação à ESCOLA CIRO ANIZ (relatório de visitação às fls. 159 e 175):

- a) a criação de uma biblioteca, que tenha, no mínimo, um título de livro disponível, para cada aluno matriculado;
- b) a efetiva manutenção e funcionamento dos computadores disponíveis para os alunos;
- c) a aquisição dos materiais didáticos adequados às crianças com deficiência;
- d) e a contratação de professores, nos termos da lei, necessários ao bom desempenho das atividades escolares;

14 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IRMA DE LIMA MATOS (relatório de visitação às fls. 160 e 190):

- a) a criação de uma biblioteca, que tenha, no mínimo, um título de livro disponível, para cada aluno matriculado;
- b) e a aquisição de computadores em número suficiente e em efetivo funcionamento para os alunos.

15 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL MAURÍCIA PARÉ GOMES - PÓLO e SALA DE EXTENSÃO PROFESSORA DIAMANTINA MARIA DA SILVA (relatório de visitação às fls. 106/107 e f. 128):

- a) a criação de uma biblioteca, que tenha, no mínimo, um título de livro disponível, para cada aluno matriculado;
- b) a aquisição de computadores em número suficiente e a efetiva manutenção e funcionamento dos computadores disponíveis para os alunos;
- c) a aquisição de mesas de merendas maiores;
- d) a aquisição de um fogão adequado e a manutenção, conservação e limpeza da cozinha da escola (ralo entupido);
- e) e a adaptação ou a ampliação dos banheiros, para as pessoas com deficiência, de ambos os sexos, da sala de extensão.

16 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL RURAL SANTA GUILHERMINA – PÓLO e SALA DE EXTENSÃO MARIA DA GLÓRIA LESSA COELHO (relatório de visitação às fls. 160 e 192/193):

- a) a criação de um espaço físico para a biblioteca;
- b) a aquisição de computadores em número suficiente e em efetivo funcionamento para os alunos;
- c) a contratação de professores, nos termos da lei, necessários ao bom desempenho das atividades escolares e multifuncionais;
- d) e a adoção das providências necessárias para garantir o recebimento de livros pelo Programa Nacional de Livro Didático – PNLD em quantidade suficiente aos alunos e no tempo adequado.

É concedido o prazo de 30 (trinta) dias úteis para que as autoridades destinatárias informem ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual (2º PJ) se acatarão os termos da presente recomendação, devendo comprovar documentalmente, no mesmo prazo, as providências que serão adotadas para o seu cumprimento.

Outrossim, adverte-se que a não adoção do comportamento descrito na presente recomendação implicará o manejo de todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra aqueles que se mantiverem inertes.

Maracaju, 14 de maio de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça da 2ª PJ
da Comarca de Maracaju - MS

MARINO LUCIANELLI NETO
Procurador da República
2º Ofício – PRM-Dourados

RECOMENDAÇÃO MPEDUC (MARACAJU)

RECOMENDAÇÃO MPF 23/2018 – GABPRM3-MLN (IC 1.21.001.000379/2014-76)

RECOMENDAÇÃO MPMS nº 003/2018/02PJ/MCJ (Procedimento Administrativo nº 004/2015)

Eixo Temático: Estruturas Físicas das Escolas e Vistorias Oficiais

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seus representantes que ao final assinam, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, *caput* e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, no artigo 6º, inciso II da Lei complementar nº 75/93, no artigo 27, incisos II e IV da Lei nº 8.625/93 e no artigo 201, § 5º, alínea “c”, da Lei nº 8.069/90.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo zelar pela observância da legalidade, impessoalidade e moralidade da administração pública;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o representante do Ministério Público poderá expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública relativos à crianças e adolescentes, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação do direito fundamental à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (art. 205, da constituição Federal), assegurando educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (art. 208, inciso I, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, incisos I e IV, da Lei Federal nº 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a criança e ao adolescente, por expressa determinação do art. 227, *caput*, da Constituição Federal, é destinatária da mais absoluta prioridade, por parte do Poder Público, sendo que tal garantia de prioridade, *ex vi* do disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre outras, importa na precedência de atendimentos no serviço público ou de relevância pública, preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas e na destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude, razão pela qual está a assegurar recursos orçamentários em caráter privilegiado para a implantação e manutenção de políticas de atendimento à criança e ao adolescente que, por sua vez, terão preferência na execução deste mesmo orçamento;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação e que, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o art. 206 da Constituição Federal prevê que o ensino será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência da escola e na garantia de padrão de qualidade;

CONSIDERANDO que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, de forma que o seu não oferecimento pelo poder público, ou sua oferta irregular, sem a observância de padrões mínimos de qualidade, importa

em responsabilização da autoridade competente (artigos 206, VII c/c 208, §§1º e 2º da Constituição Federal e artigos 3º, inciso IX e 4º, incisos I e IX da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96;

I – ESTRUTURAS FÍSICAS (pisos, telhados, forros, hidráulica, esgoto, elétrica, gás, incêndio, esquadrias e banheiros)

CONSIDERANDO a relevância do espaço escolar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, a necessidade de adequação do tipo de atividade ao local em que foi instalada, bem como o conforto ambiental oferecido e a importância da função social da escola;

CONSIDERANDO igualmente, que tão importante quanto construir escolas adequadas é manter as suas dependências e equipamentos em boas condições de uso, conservação e limpeza;

CONSIDERANDO que, quanto a estrutura física: foram detectadas na grande maioria das escolas rachaduras nas paredes, destacamento de paredes e azulejos, janelas quebradas, falta de estrutura própria para depósito, portas e fechaduras quebradas, chão trincado/quebrado, rachaduras, ausência e falta de conservação das quadras esportivas, etc;

CONSIDERANDO que algumas unidades escolares estão adaptadas em locais pequenos e não possuem estrutura adequada para alojar alunos e profissionais;

CONSIDERANDO que algumas das escolas avaliadas, não possuem banheiros adequados (sujos, com falta de sabonete para higienização, pinturas deterioradas, portas em más condições, entupimento de vasos, dentre outros);

CONSIDERANDO que o Ministério da Educação orienta no sentido de que os banheiros devem ser implantados próximos às salas de atividades, não devendo ter comunicação direta com a cozinha e com o refeitório, sugerindo que a relação do número de crianças por equipamento sanitário, deve obedecer a seguinte proporção: 1 vaso sanitário para cada 20 crianças; 1 lavatório para cada 20 crianças; e 1 chuveiro para cada 20 crianças; e ainda que devem também ser previstos banheiros de uso exclusivo dos adultos, podendo acumular a função de vestiário, próximos às áreas administrativas, de serviços e pátio coberto;

II - REDES DE GÁS, ELÉTRICA, HIDRÁULICA E DE ESGOTO

CONSIDERANDO que as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação --(MPEDUC) evidenciaram que não só são deficitárias, como não há manutenção adequada nas redes de gás, elétrica e hidráulica das escolas avaliadas:

a) quanto à rede elétrica insuficiência de rede, com necessidade de reforço, oscilações e queda de energia, fiações soltas e desencapadas; casos de padrão/disjuntor com tampas abertas e até mesmo sem tampa, o que traz grandes riscos aos alunos;

b) quanto à rede hidráulica: vazamentos em tubulações e torneiras, o que causa infiltrações, umidade, mofo e destacamento das paredes, sendo prejudicial à saúde tanto dos alunos quanto dos profissionais os quais trabalham nas escolas; torneiras e descargas quebradas;

c) quanto à rede de esgoto: entupimentos em peças sanitárias e tubulações; falta de tampas e caixas coletoras;

d) quanto à rede de gás: inexistência de rede de gás canalizado, condições ruins de armazenamento de gás de cozinha, na sua maioria no interior da própria cozinha, o que traz evidente risco de fatalidades;

CONSIDERANDO que é responsabilidade dos gestores estadual e municipal e do secretário de educação diligenciar junto aos órgãos responsáveis a fim de que promovam a devida e periódica adequação e manutenção das redes de gás, hidráulica e elétrica das escolas públicas de ensino básico, a fim de garantir o uso seguro e correto dos equipamentos que se alimentam dessas fontes;

III – VISTORIAS OFICIAIS (Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária):

CONSIDERANDO que a efetiva garantia do direito pressupõe que seja assegurada igualdade de condições de acesso e permanência do educando na escola consoante o disposto no artigo 206, inciso I, da CRFB/88, o que exige que os estabelecimentos da rede pública de ensino ofereçam à comunidade escolar infraestrutura adequada às necessidades educacionais;

CONSIDERANDO que as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação - MPEDUC evidenciaram que a grande maioria das escolas visitadas não recebeu a visita de profissionais da Defesa Civil, da Vigilância Sanitária e/ou a inspeção do Corpo de Bombeiros de Maracaju/MS,

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, através da Portaria 1.537, de 15 de junho de 2010, instituiu o Programa Saúde na Escola, que tem por objetivo contribuir para a formação integradas estudantes por meio de ações de promoção de saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento e crianças e jovens da rede pública de ensino, prevendo a transferência de recursos financeiros aos municípios que aderirem ao Programa;

IV – REDE DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

CONSIDERANDO que, as informações colhidas através dos questionários integrantes do Projeto Ministério Público pela Educação evidenciam a ausência de rede de incêndio insatisfatória em toda a rede pública de ensino, pela inexistência de extintores de incêndio ou fora do prazo de validade na maioria das escolas.

V – PROJETO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO (MPEDUC)

CONSIDERANDO o projeto do Ministério Público pela Educação (MPEDUC), cujo objetivo é resguardar o direito à educação básica de qualidade para os brasileiros;

CONSIDERANDO os registros fotográficos e as irregularidades constatadas nos termos de vistoria das condições aparentes da edificação dos Centros Integrados de Educação Infantil e das Escolas Municipais do Município de Maracaju - MS;

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de garantia de infraestrutura mínima para as crianças e adolescentes matriculados nos estabelecimentos de ensino em questão, de forma a não expor a risco a sua integridade física ou comprometer o processo de aprendizagem, o que exige a adoção de medidas céleres por parte do Município de Maracaju/MS, a fim de assegurar padrões mínimos e dignos de funcionamento às unidades da rede pública de ensino;

RECOMENDAM:

Ao Excelentíssimo Prefeito Municipal de Maracaju-MS e à Secretária Municipal de Educação que providenciem as seguintes medidas:

1 – Em relação ao CIEI GREGÓRIA MARTINS (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação escolar às fls. 126/127):

- a) a reforma da cozinha e dos corredores que possuem infiltrações, bem como o correto armazenamento dos exautores da cozinha (f. 122 – verso)
- b) e pedido de vistoria no CIEI, a ser realizada pela Defesa Civil e pelo Corpo de Bombeiros.

2 – Em relação ao CIEI NOSSA SENHORA AUXILIADORA (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação escolar às fls. 138/139):

- a) a reforma do CIEI, que possui diversas infiltrações, umidade, destacamento de pinturas;
- b) a climatização adequada e em perfeito funcionamento de todas as salas de aula;
- c) a reforma dos telhados e forros, que possuem condições de conservação regular;
- d) a aquisição de tampas de caixas coletoras de esgoto;
- e) a reforma da parte elétrica, que possui fiação solta, desencapada e/ou aparente;
- f) o correto armazenamento dos botijões de gás;

- g) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e uma rede de incêndio;
- h) a reforma das esquadrias, que não possuem trancas e/ou maçanetas;
- i) a realização de serviços de limpeza de fossas, caixas de gordura, manutenção de poços artesianos e sumidouros, sempre que necessário;
- j) a realização de serviços de análises de potabilidade de águas de caixas, cisternas e bebedouros;
- k) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências, etc.);
- l) e pedido de vistoria no CIEI, a ser realizada pelo Corpo de Bombeiros e pela Vigilância Sanitária.

3 – Em relação ao CIEI SÃO BENEDITO (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação escolar à f. 170):

- a) o correto armazenamento dos botijões de gás;
- b) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
- c) a reforma das esquadrias, com a aquisição de trancas e/ou maçanetas; a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências, etc.);
- d) e pedido de vistoria no CIEI, a ser realizada pela Defesa Civil.

4 – Em relação ao CIEI MARIA DALPHINA REZENDE DE CASTRO (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação escolar às fls. 114/115):

- a) a reforma das salas dos professores, do Nível I e II, que possuem diversas infiltrações, bem como da Sala do B2, que possui destacamento de pintura no teto;
- b) a climatização adequada e em perfeito funcionamento de todas as salas de aula e da cozinha;
- c) a reforma da parte elétrica da sala dos professores, que possui fiação solta, desencapada e/ou aparente;
- d) o correto armazenamento dos botijões de gás;
- e) a aquisição de extintores de incêndio em número suficiente e dentro do prazo de validade (f. 111);
- f) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
- g) a reforma das esquadrias, que possui portas e janelas, em estado de conservação regular, além de não possuírem trancas e/ou maçanetas na sala do B2;
- h) a realização de serviços de análises de potabilidade de águas de caixas, cisternas e bebedouros;
- i) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências, etc.);
- j) e pedido de vistoria no CIEE, a ser realizada pela Defesa Civil, pelo Corpo de Bombeiros e pela Vigilância Sanitária.

5 – Em relação ao CIEI WALTRUDES FERREIRA MUZZI (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação escolar à f. 173):

- a) a reforma do CIEI, que possui destacamento do reboco;
- b) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
- c) a reforma das esquadrias, que não possuem trancas e/ou maçanetas;
- d) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências, etc.);
- e) e pedido de vistoria no CIEI, a ser realizada pela Defesa Civil.

6 – Em relação ao CIEI CASA DA CRIANÇA DONA MARGARIDA FERREIRA BRAGA (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação à f. 163):

- a) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
- b) a realização de serviços de análises de potabilidade de águas de caixas, cisternas e bebedouros;
- c) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências, etc.);
- d) e pedido de vistoria no CIEI, a ser realizada pela Defesa Civil.

7 – Em relação ao CIEI JOANA SAYD (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação às fls. 159 e 166):

- a) a reforma da sala da coordenação, que possui diversas infiltrações;
- b) o correto armazenamento dos botijões de gás; a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de rede de incêndio;
- c) a reforma das esquadrias, que não possuem trancas e/ou maçanetas;
- d) a realização de serviços de análises de potabilidade de águas de caixas, cisternas e bebedouros;
- e) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências);
- f) e pedido de vistoria no CIEI, a ser realizada pela Defesa Civil.

8 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL EDUCAR PARA CRESCER (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação à f. 179):

- a) a adoção de providências junto a rede elétrica de energia, para que não ocorra oscilações ou queda de tensão na rede, visando o perfeito funcionamento dos ventiladores e dos aparelhos de ar-condicionado de todas as salas de aula;
- b) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de rede de incêndio;
- c) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências);
- d) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- e) e pedido de vistoria na escola, a ser realizada pela Defesa Civil.

9 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL JOÃO BATISTA LINO BRAGA (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação à f. 181):

- a) a reforma da escola, que possui salas de aula muito pequenas, além de infiltrações, destacamento de azulejos e pintura;
- b) a reforma dos telhados e forros, que possui condições de conservação ruim;
- c) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de rede de incêndio;
- d) a realização de serviços de análises de potabilidade de águas de caixas, cisternas e bebedouros;
- e) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências);
- f) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- g) e pedido de vistoria na escola, a ser realizada pela Defesa Civil.

10 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL JOÃO PEDRO FERNANDES (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação às fls. 160 e 184):

- a) a reforma da Escola, que possui infiltrações, umidade, destacamento de reboco, destacamento da pintura, fissuras e rachaduras, além de telhados e forros, em condições de conservação ruins;
- b) a reforma da parte elétrica da escola, que possui fiação solta, desencapada e/ou aparente;
- c) o correto armazenamento dos botijões de gás;
- d) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de rede de incêndio;
- e) a realização de serviços de análises de potabilidade de águas de caixas, cisternas e bebedouros;
- f) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- g) e pedido de vistoria na escola, a ser realizada pela Defesa Civil.

11 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL JOSE PEREIRA DA ROSA (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação à f. 187):

- a) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de rede de incêndio;

- b) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências);
- c) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- d) e pedido de vistoria na escola, a ser realizada pela Defesa Civil.

12 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL JÚLIO MULER - PÓLO (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação à f. 45):

- a) a reforma da escola, que possui infiltrações, umidade, destacamento de azulejos e da pintura, além de telhados e forros, em condições de conservação ruins;
- b) a aquisição de caixas d'água, uma vez que sempre falta água na escola;
- c) a reforma da parte elétrica das salas de aula e dos corredores, que por ser muito antiga, possui fiação solta, desencapada e/ou aparente, além de oscilações ou queda de tensão;
- d) o correto armazenamento dos botijões de gás e do compressor;
- e) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
- f) a aquisição de extintores de incêndio, em número suficiente e dentro do prazo de validade, com a correta instalação em local adequado;
- g) a reforma das esquadrias, que possuem janelas em estado de conservação regular;
- h) a realização, de serviços de capina, varrição e manutenção das áreas verdes, sempre que necessário;
- i) a reconstrução do tampo da fossa;
- j) a realização de serviços de limpeza de fossas, caixas de gordura, manutenção de poços artesianos e sumidouros, sempre que necessário;
- k) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade;
- l) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- m) e pedido de vistoria na escola, a ser realizada pelo Corpo de Bombeiros e pela Vigilância Sanitária.

13 – Em relação à ESCOLA CIRO ANIZ (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação às fls. 159 e 176):

- a) a reforma da escola, que possui destacamento de reboco e de azulejos, fissuras e rachaduras na vertical e na horizontal e pisos, em condições conservação ruins;
- b) a reforma da parte elétrica da escola, que possui tomadas expostas;
- c) o correto armazenamento dos botijões de gás;
- d) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
- e) a reforma das esquadrias, que precisa de reparos nas trancas e/ou maçanetas;
- f) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências);
- g) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- h) e pedido de vistoria na escola, a ser realizada pela Defesa Civil, pelo Corpo de Bombeiros e pela Vigilância Sanitária.

14 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA IRMA DE LIMA MATOS (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação à f. 191):

- a) a reforma da parte elétrica da escola, que possui fiação solta, desencapada ou aparente;
- b) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
- c) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- d) e a reforma das esquadrias, que não possuem trancas e/ou maçanetas.

15 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL MAURÍCIA PARÉ GOMES - PÓLO e SALA DE EXTENSÃO PROFESSORA DIAMANTINA MARIA DA SILVA (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação à f. 108 e a f. 132):

a) a reforma da sala da diretoria, que além de ser pequena, possui infiltrações;
b) a pintura da sala de extensão;
c) a aquisição de caixas coletoras de esgoto;
d) a aquisição de novas cisternas e/ou caixas d'água; a reforma dos banheiros, que possuem portas e vasos sanitários antigos, além do reparo na rede de esgoto do banheiro masculino, que possui entupimentos em peças sanitárias e/ou tubulações;
e) o correto armazenamento dos botijões de gás;
f) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
g) a realização de serviços de análises de potabilidade de águas de caixas, cisternas e bebedouros;
h) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências, etc.);
i) a criação de uma quadra esportiva;
j) a aquisição de lâmpadas;
k) a criação de uma quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
l) e pedido de vistoria na escola e na sala de extensão, a ser realizada pela Defesa Civil, pelo Corpo de Bombeiros e pela Vigilância Sanitária.

16 – Em relação à ESCOLA MUNICIPAL RURAL SANTA GUILHERMINA - PÓLO e SALA DE EXTENSÃO MARIA DA GLÓRIA LESSA COELHO (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação às fls. 160 e 194):

a) a reforma da pia da cozinha, que possui umidade;
b) as providências necessárias para que seja realizada a instalação de uma rede de energia elétrica, para o adequado funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado;
c) a reforma dos pisos, que possuem condições de conservação regular;
d) a aquisição de novas cisternas e/ou caixas d'água;
e) o correto armazenamento dos botijões de gás;
f) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
g) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências, etc.);
h) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
i) e pedido de vistoria na escola, a ser realizada pela Defesa Civil.

É concedido o prazo de 30 (trinta) dias úteis para que as autoridades destinatárias informem ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual (2º PJ) se acatarão os termos da presente recomendação, devendo comprovar documentalmente, no mesmo prazo, as providências que serão adotadas para o seu cumprimento.

Outrossim, adverte-se que a não adoção do comportamento descrito na presente recomendação implicará o manejo de todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra aqueles que se mantiverem inertes.

Maracaju/MS, 14 de maio de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça da 2ª PJ
da Comarca de Maracaju - MS

MARINO LUCIANELLI NETO
Procurador da República
2º Ofício – PRM-Dourados

RECOMENDAÇÃO MPEDUC (MARACAJU)

RECOMENDAÇÃO MPF nº 24/2018 – GABPRM3-MLN (IC 1.21.001.000379/2014-76)

RECOMENDAÇÃO MPMS nº 004/2018/02PJ/MCJ (Procedimento Administrativo nº 004/2015)

Eixo Temático: Aquisição de Materiais e Equipamentos Escolares, Alimentação Escolar Adequada (Equipamentos, Refeitório e Cozinha) e o Atendimento das Normas Escolares, necessárias ao Bom Desempenho das Escolas Estaduais.

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seus representantes que ao final assinam, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, *caput* e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, no artigo 6º, inciso II da Lei complementar nº 75/93, no artigo 27, incisos II e IV da Lei nº 8.625/93 e no artigo 201, § 5º, alínea “c”, da Lei nº 8.069/90.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo zelar pela observância da legalidade, impessoalidade e moralidade da administração pública;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o representante do Ministério Público poderá expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública relativos à crianças e adolescentes, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação do direito fundamental à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (art. 205, da constituição Federal), assegurando educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (art. 208, inciso I, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, incisos I e IV, da Lei Federal nº 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a criança e ao adolescente, por expressa determinação do art. 227, *caput*, da Constituição Federal, é destinatária da mais absoluta prioridade, por parte do Poder Público, sendo que tal garantia de prioridade, *ex vi* do disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre outras, importa na precedência de atendimentos no serviço público ou de relevância pública, preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas e na destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude, razão pela qual está a assegurar recursos orçamentários em caráter privilegiado para a implantação e manutenção de políticas de atendimento à criança e ao adolescente que, por sua vez, terão preferência na execução deste mesmo orçamento;

CONSIDERANDO que o art. 206 da Constituição Federal prevê que o ensino será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência da escola e na garantia de padrão de qualidade;

CONSIDERANDO que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, de forma que o seu não oferecimento pelo poder público, ou sua oferta irregular, sem a observância de padrões mínimos de qualidade, importa em responsabilização da autoridade competente (artigos 206, VII c/c 208, §§1º e 2º da Constituição Federal e artigos 3º, inciso IX e 4º, incisos I e IX da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96;

CONSIDERANDO que as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação- MPEDUC evidenciam que nenhuma escola possui biblioteca adequada, seja por falta de biblioteca, seja por falta de acervo adequado de livros, seja por não ter livros em quantidade suficiente para a demanda:

CONSIDERANDO que a Lei Federal 12.244/2010 estabelece, em seu artigo 1º que todas as instituições de ensino, público e privadas, de todos os sistemas de ensino do País, contarão com biblioteca;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 2º da referida lei federal, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo e leitura;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do referido artigo estabelece que será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares:

CONSIDERANDO ainda, que o artigo 3º destaca que os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos;

CONSIDERANDO o projeto do Ministério Público pela Educação (MPEDUC), cujo objetivo é resguardar o direito à educação básica de qualidade para os brasileiros;

CONSIDERANDO os registros fotográficos e as irregularidades constatadas nos termos de visitação realizados nas escolas Estaduais do Município de Maracaju - MS;

RECOMENDAM:

Ao Excelentíssimo Governador e ao Secretário(a) Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul que providenciem as seguintes medidas necessárias ao bom desempenho das atividades escolares:

1 – Em relação à ESCOLA ESTADUAL CAMBARAI (relatório de visitação de fls. 161 e 196):

- a) a criação de uma biblioteca e a ampliação do acervo de livros disponíveis, de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado;
- b) a aquisição e a manutenção adequada dos computadores existentes, necessários ao bom desempenho das atividades escolares;
- c) a aquisição de carteiras de assento de sala de aulas, em número suficiente para todos os alunos;
- d) a contratação, nos termos da lei, de funcionários públicos (serventes e merendeiros);
- e) a adequação do acesso aos banheiros, para as pessoas com deficiência, de ambos os sexos;
- f) a criação de uma sala de recursos multifuncionais;
- g) o atendimento do disposto na Resolução n.º 02/2009 e no Parecer CNE/CEB nº 09/2009 (de até 25 alunos por sala nos anos iniciais do Ensino Fundamental, até 30 alunos por sala nos anos finais do Ensino Fundamental, até 35 alunos por sala de Ensino Médio, com proporção nunca inferior a um professor para 22 estudantes nas redes de ensino Fundamental e Médio;
- h) a adoção das providências necessárias para garantir que os livros recebidos pelo Programa Nacional de Livro Didático – PNLD cheguem em quantidade suficiente aos alunos e no tempo adequado;
- i) e a adoção das providências necessárias para garantir que os equipamentos recebidos em razão de programas de governo federal cheguem em quantidade suficiente aos alunos e no tempo adequado, com a efetiva fiscalização de uso.

2 – Em relação à ESCOLA ESTADUAL CORONEL DE LIMA DE FIGUEIREDO (relatório de visitação às fls. 116/117):

- a) a criação de uma biblioteca e a ampliação do acervo de livros disponíveis, de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado;

- b) a aquisição e a manutenção adequada dos computadores existentes, necessários ao bom desempenho das atividades escolares;
- c) a aquisição dos utensílios necessários à manipulação adequada dos alimentos na cozinha (copos, pratos, talheres, panelas, bacias, aventais, panos de prato), bem como o conserto ou a aquisição de uma geladeira;
- d) a adaptação ou a ampliação dos banheiros, para as pessoas com deficiência, de ambos os sexos;
- e) o atendimento do disposto na Resolução n.º 02/2009 e no Parecer CNE/CEB nº 09/2009 (de até 25 alunos por sala nos anos iniciais do Ensino Fundamental, até 30 alunos por sala nos anos finais do Ensino Fundamental, até 35 alunos por sala de Ensino Médio, com proporção nunca inferior a um professor para 22 estudantes nas redes de ensino Fundamental e Médio;
- f) e a criação e a fixação de cartaz informativo, nas dependências da Escola em local de fácil acesso, da relação dos membros que compõe a Unidade Executória Própria – UEX (Associação de Apoio à Escola), bem como de demonstrativo sintético dos recursos, bens e materiais didáticos, por tempo indeterminado.

3 – Em relação à ESCOLA ESTADUAL MANOEL FERREIRA DE LIMA (relatório de visitação à f. 44):

- a) a criação de uma biblioteca e a ampliação do acervo de livros disponíveis, de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado;
- b) a reforma e ampliação do espaço físico da cozinha, necessários à manipulação adequada dos alimentos;
- c) a ampliação do espaço físico disponível para o armazenamento dos produtos alimentícios;
- d) a adaptação ou ampliação dos banheiros, para as pessoas com deficiência, de ambos os sexos;
- j) a contratação de funcionários públicos (professores e merendeiros, nos termos da lei, necessários ao bom desempenho das atividades escolares;
- k) a fixação de cartaz informativo, nas dependências da Escola em local de fácil acesso, da relação dos membros que compõe a Unidade Executória Própria – UEX (Associação de Apoio à Escola), bem como de demonstrativo sintético dos recursos, bens e materiais didáticos, por tempo indeterminado;
- l) e a adoção de providências quanto ao efetivo funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado nas salas dos alunos, junto a rede elétrica de energia.

4 – Em relação à ESCOLA ESTADUAL PADRE CONSTANTINO DE MONTE (relatório de visitação às fls. 161 e 198):

- a) a aquisição dos materiais didáticos adequados às crianças com deficiência;
- b) e a reativação da sala de recursos multifuncionais.

É concedido o prazo de 30 (trinta) dias úteis para que as autoridades destinatárias informem ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual (2º PJ) se acatarão os termos da presente recomendação, devendo comprovar documentalmente, no mesmo prazo, as providências que serão adotadas para o seu cumprimento.

Outrossim, adverte-se que a não adoção do comportamento descrito na presente recomendação implicará o manejo de todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra aqueles que se mantiverem inertes.

Maracaju/MS, 14 de maio de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA
Promotor de Justiça da 2ª PJ
da Comarca de Maracaju - MS

MARINO LUCIANELLI NETO
Procurador da República
2º Ofício – PRM-Dourados

RECOMENDAÇÃO MPEDUC (MARACAJU)

RECOMENDAÇÃO MPF nº 22/2018 – GABPRM3-MLN (IC 1.21.001.000379/2014-76)

RECOMENDAÇÃO MPMS nº 005/2018/02PJ/MCJ (Procedimento Administrativo nº 004/2015)

Eixo Temático: Estruturas Físicas das Escolas e Vistorias Oficiais

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seus representantes que ao final assinam, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, *caput* e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, no artigo 6º, inciso II da Lei complementar nº 75/93, no artigo 27, incisos II e IV da Lei nº 8.625/93 e no artigo 201, § 5º, alínea “c”, da Lei nº 8.069/90.

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo zelar pela observância da legalidade, impessoalidade e moralidade da administração pública;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o representante do Ministério Público poderá expedir recomendações, visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública relativos à crianças e adolescentes, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação do direito fundamental à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (art. 205, da Constituição Federal), assegurando educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (art. 208, inciso I, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito pelos poderes municipais e por entidades que exerçam função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública (art. 27, incisos I e IV, da Lei Federal nº 8.625/93), assim como fiscalizar a fiel observância às leis pela municipalidade e por seus agentes públicos, promovendo as medidas necessárias a sua garantia (art. 129, inciso II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a criança e ao adolescente, por expressa determinação do art. 227, *caput*, da Constituição Federal, é destinatária da mais absoluta prioridade, por parte do Poder Público, sendo que tal garantia de prioridade, *ex vi* do disposto no art. 4º, parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d”, da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), dentre outras, importa na precedência de atendimentos no serviço público ou de relevância pública, preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas e na destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude, razão pela qual está a assegurar recursos orçamentários em caráter privilegiado para a implantação e manutenção de políticas de atendimento à criança e ao adolescente que, por sua vez, terão preferência na execução deste mesmo orçamento;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal estabelece como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação e que, nos termos do art. 205 da Constituição Federal, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o art. 206 da Constituição Federal prevê que o ensino será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência da escola e na garantia de padrão de qualidade;

CONSIDERANDO que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, de forma que o seu não oferecimento pelo poder público, ou sua oferta irregular, sem a observância de padrões mínimos de qualidade, importa

em responsabilização da autoridade competente (artigos 206, VII c/c 208, §§1º e 2º da Constituição Federal e artigos 3º, inciso IX e 4º, incisos I e IX da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96;

I – ESTRUTURAS FÍSICAS (pisos, telhados e forros, hidráulica, esgoto, elétrica, gás, incêndio, esquadrias e banheiros)

CONSIDERANDO a relevância do espaço escolar no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, a necessidade de adequação do tipo de atividade ao local em que foi instalada, bem como o conforto ambiental oferecido e a importância da função social da escola;

CONSIDERANDO igualmente, que tão importante quanto construir escolas adequadas é manter as suas dependências e equipamentos em boas condições de uso, conservação e limpeza;

CONSIDERANDO que, quanto a estrutura física: foram detectadas na grande maioria das escolas rachaduras nas paredes, destacamento de paredes e azulejos, janelas quebradas, falta de estrutura própria para depósito, portas e fechaduras quebradas, chão trincado/quebrado, rachaduras, ausência e falta de conservação das quadras esportivas, etc;

CONSIDERANDO que algumas unidades escolares estão adaptadas em locais pequenos e não possuem estrutura adequada para alojar alunos e profissionais;

CONSIDERANDO que algumas das escolas avaliadas, não possuem banheiros adequados (sujos, com falta de sabonete para higienização, pinturas deterioradas, portas em más condições, entupimento de vasos, dentre outros);

CONSIDERANDO que o Ministério da Educação orienta no sentido de que os banheiros devem ser implantados próximos às salas de atividades, não devendo ter comunicação direta com a cozinha e com o refeitório, sugerindo que a relação do número de crianças por equipamento sanitário, deve obedecer a seguinte proporção: 1 vaso sanitário para cada 20 crianças; 1 lavatório para cada 20 crianças; e 1 chuveiro para cada 20 crianças; e ainda que devem também ser previstos banheiros de uso exclusivo dos adultos, podendo acumular a função de vestiário, próximos às áreas administrativas, de serviços e pátio coberto;

II - REDES DE GÁS, ELÉTRICA, HIDRÁULICA E DE ESGOTO

CONSIDERANDO que as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação --(MPEDUC) evidenciaram que não só são deficitárias, como não há manutenção adequada nas redes de gás, elétrica e hidráulica das escolas avaliadas:

a) quanto à rede elétrica insuficiência de rede, com necessidade de reforço, oscilações e queda de energia, fiações soltas e desencapadas; casos de padrão/disjuntor com tampas abertas e até mesmo sem tampa, o que traz grandes riscos aos alunos;

b) quanto à rede hidráulica: vazamentos em tubulações e torneiras, o que causa infiltrações, umidade, mofo e destacamento das paredes, sendo prejudicial à saúde tanto dos alunos quanto dos profissionais os quais trabalham nas escolas; torneiras e descargas quebradas;

c) quanto à rede de esgoto: entupimentos em peças sanitárias e tubulações; falta de tampas e caixas coletoras;

d) quanto à rede de gás: inexistência de rede de gás canalizado, condições ruins de armazenamento de gás de cozinha, na sua maioria no interior da própria cozinha, o que traz evidente risco de fatalidades;

CONSIDERANDO que é responsabilidade dos gestores estadual e municipal e do secretário de educação diligenciar junto aos órgãos responsáveis a fim de que promovam a devida e periódica adequação e manutenção das redes de gás, hidráulica e elétrica das escolas públicas de ensino básico, a fim de garantir o uso seguro e correto dos equipamentos que se alimentam dessas fontes;

III – VISTORIAS OFICIAIS (Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e Vigilância Sanitária):

CONSIDERANDO que a efetiva garantia do direito pressupõe que seja assegurada igualdade de condições de acesso e permanência do educando na escola consoante o disposto no artigo 206, inciso I, da CRFB/88, o que exige que os estabelecimentos da rede pública de ensino ofereçam à comunidade escolar infraestrutura adequada às necessidades educacionais;

CONSIDERANDO que as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação - MPEDUC evidenciaram que a grande maioria das escolas visitadas não recebeu a visita de profissionais da Defesa Civil, da Vigilância Sanitária e/ou a inspeção do Corpo de Bombeiros de Maracaju/MS,

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, através da Portaria 1.537, de 15 de junho de 2010, instituiu o Programa Saúde na Escola, que tem por objetivo contribuir para a formação integradas estudantes por meio de ações de promoção de saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento e crianças e jovens da rede pública de ensino, prevendo a transferência de recursos financeiros aos municípios que aderirem ao Programa;

IV – REDE DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

CONSIDERANDO que, as informações colhidas através dos questionários integrantes do Projeto Ministério Público pela Educação evidenciam a ausência de rede de incêndio insatisfatória em toda a rede pública de ensino, pela inexistência de extintores de incêndio ou fora do prazo de validade na maioria das escolas.

V – PROJETO MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO (MPEDUC)

CONSIDERANDO o projeto do Ministério Público pela Educação (MPEDUC), cujo objetivo é resguardar o direito à educação básica de qualidade para os brasileiros;

CONSIDERANDO os registros fotográficos e as irregularidades constatadas nos termos de vistoria das condições aparentes da edificação dos Centros Integrados de Educação Infantil e das escolas Municipais do Município de Maracaju - MS;

CONSIDERANDO por fim, a necessidade de garantia de infraestrutura mínima para as crianças e adolescentes matriculados nos estabelecimentos de ensino em questão, de forma a não expor a risco a sua integridade física ou comprometer o processo de aprendizagem, o que exige a adoção de medidas céleres por parte do Município de Maracaju/MS, a fim de assegurar padrões mínimos e dignos de funcionamento às unidades da rede pública de ensino;

RECOMENDAM:

Ao Excelentíssimo Governador e ao Secretário(a) Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul que providenciem as seguintes medidas necessárias ao bom desempenho das atividades escolares:

1 – Em relação à ESCOLA ESTADUAL CAMBARAI (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação à f. 197):

- a) a aquisição de extintores em número suficiente e dentro do prazo de validade;
- b) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
- c) a reforma das esquadrias, que não possuem trancas e/ou maçanetas;
- d) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências, etc.);
- e) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- f) e pedido de vistoria na escola, a ser realizada pela Defesa Civil, pelo Corpo de Bombeiros e pela Vigilância Sanitária Municipal.

2 – Em relação à ESCOLA ESTADUAL CORONEL DE LIMA DE FIGUEIREDO (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação às fls. 120/121):

- a) a reforma do corredor da escola, próximo da secretaria, que possui umidade, além de vazamentos nas calhas;
- b) o conserto da parte hidráulica das torneiras, que possuem vazamentos;
- c) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de incêndio;
- d) a aquisição de extintores em número suficiente e dentro do prazo de validade;
- e) a reforma das esquadrias, que possui estado de conservação de portas regular e não possuem trancas e/ou maçanetas;
- f) a realização de serviços de limpeza e desobstrução de calhas, telhados e coberturas, sempre que necessário;
- g) a realização de serviços de limpeza de fossas, caixas de gordura, manutenção de poços artesianos e sumidouros, sempre que necessário;
- h) a realização de serviços de análises de potabilidade de águas de caixas, cisternas e bebedouros;
- i) a realização de serviços de dedetização, desratização e descupinização, sempre que necessário;
- j) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade e segurança (escadas, saídas de emergências, etc.);
- k) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- l) e pedido de vistoria na escola, a ser realizada pela Defesa Civil, pelo Corpo de Bombeiros e pela Vigilância Sanitária Municipal.

3 – Em relação à ESCOLA ESTADUAL MANOEL FERREIRA DE LIMA (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação à f. 45):

- a) a reforma da escola, que possui infiltrações e umidade, destacamento de azulejos e de pintura nas salas de aula e na cozinha, além de telhados e forros, em condições de conservação ruins;
- b) a aquisição de caixas d'água, uma vez que sempre falta água na escola;
- c) a reforma da parte elétrica das salas de aulas e dos corredores, que por ser muito antiga, possui fiação solta, desencapada e/ou aparente, além de oscilações ou queda de tensão;
- d) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
- e) o correto armazenamento do botijão de gás;
- f) a aquisição de extintores em número suficiente e dentro do prazo de validade;
- g) a reforma das esquadrias, que possui estado de conservação de janelas regular;
- h) a realização de serviços de capina, varrição e manutenção de áreas verdes, sempre que necessários;
- i) a realização de serviços de limpeza de fossas, caixas de gordura, manutenção de poços artesianos e sumidouros, sempre que necessário;
- j) a realização de serviços de atualização de comunicação visual (placas, cartazes, avisos) de acessibilidade;
- k) pedido de vistoria na escola, a ser realizada pela Defesa Civil e pela Vigilância Sanitária Municipal;
- l) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- m) e a construção de banheiros novos, que além de estarem em local inadequado (ao lado da cozinha), possuem péssimas condições de uso.

4 – Em relação à ESCOLA ESTADUAL PADRE CONSTANTINO DE MONTE (relatório de vistoria das condições aparentes de edificação às fls. 198/199):

- a) a aquisição dos equipamentos necessários, para a climatização de todas as salas de aulas;
- b) a aquisição de extintores em número suficiente e dentro do prazo de validade;
- c) a adoção das providências necessárias para a criação de uma rede de gás canalizado e de uma rede de incêndio;
- d) a criação (caso não houver) ou a reforma da quadra esportiva, necessária ao bom desempenho das atividades escolares;
- e) e pedido de vistoria na escola, a ser realizada pela Defesa Civil e pela Vigilância Sanitária Municipal.

É concedido o prazo de 30 (trinta) dias úteis para que as autoridades destinatárias informem ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público Estadual (2º PJ) se acatarão os termos da presente recomendação, devendo comprovar documentalmente, no mesmo prazo, as providências que serão adotadas para o seu cumprimento.

Outrossim, adverte-se que a não adoção do comportamento descrito na presente recomendação implicará o manejo de todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, contra aqueles que se mantiverem inertes.

Maracaju/MS, 14 de maio de 2018.

ESTÉFANO ROCHA RODRIGUES DA SILVA

Promotor de Justiça da 2ª PJ
da Comarca de Maracaju - MS

MARINO LUCIANELLI NETO

Procurador da República
2º Ofício – PRM-Dourados

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 008/2018

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00002248-2, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002248-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Batayporã e Escritório de Advocacia Fernando José Baraúna Recalde.

Assunto: apurar possível irregularidade praticada pela administração pública municipal, representada pelo prefeito Jorge Luiz Takahashi, consistente na indevida transferência de atividade fim ao escritório de advocacia Fernando José Baraúna Recalde.

Batayporã, 06 de junho de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 009/2018

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2017.00002252-7, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002252-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Batayporã

Assunto: apurar suposta irregularidade na compra de uniformes para equipes de futebol de Batayporã.

Batayporã, 06 de junho de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

RIO NEGRO

EDITAL N. ° 26/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001765-0 que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n. ° 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001765-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Roney Pereira Perrupato, Fazenda Nossa Senhora da Aparecida

Assunto: “apurar eventual dano ambiental cometido, em tese, por Roney Pereira Perrupato, consistente na supressão vegetal irregular, sem licença do órgão ambiental competente, na Fazenda Nossa Senhora da Aparecida.”

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. ° 09/2016 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Rio Negro, 07 de junho de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

EDITAL N. ° 27/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001764-0 que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n. ° 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001764-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: ENERGISA

Assunto: “apurar eventual irregularidade na prestação de serviço de energia elétrica pela empresa ENERGISA nos Municípios de Corguinho e Rochedo/MS”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. ° 01/2017 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Rio Negro, 07 de junho de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

EDITAL N. ° 28/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001793-9 que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n. ° 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n. ° 06.2018.00001793-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rochedo

Assunto: “apurar irregularidades na Unidade Mista de Saúde Senhor Bom Jesus da Lapa - Rochedo/MS, bem como eventuais responsabilidades daí decorrentes.”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n. ° 13/2016 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Rio Negro, 07 de junho de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 29/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00001803-8 que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00001803-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rochedo

Assunto: “apurar irregularidades existentes no tratamento e destinação dos resíduos sólidos no Município de Rochedo/MS.”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n.º 15/2015 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Rio Negro, 08 de junho de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

EDITAL N.º 30/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro torna pública a instauração do Inquérito Civil n.º 06.2018.00001738-3 que está à disposição de quem possa interessar nesta Promotoria de Justiça, sita na Rua Nove de Maio, n.º 305 – Tel.: 3278-1356, Centro - Edifício do Fórum, nesta.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00001738-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: “apurar eventuais irregularidades constantes na Sindicância n.º 01/2013, oriunda da Prefeitura Municipal de Rio Negro/MS, sobretudo no que tange o eventual desvio de verbas públicas pelo Secretário de Saúde, à época”.

Portaria de Migração: Trata-se de Portaria que promoveu a migração do Inquérito Civil físico n.º 06/2014 para o sistema SAJMP, nos termos do art. 56 da Resolução nº 014/2017/CPJ/MPMS.

Rio Negro, 08 de junho de 2018.

THIAGO BONFATTI MARTINS

Promotor de Justiça

RIO VERDE DE MATO GROSSO

EDITAL Nº 03/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Verde de Mato Grosso – MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes nº 180, Bairro Nhecolândia, nesta Comarca de Rio Verde de Mato Grosso-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001487-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: apurar suposto desvio de finalidade em relação à destinação dada ao imóvel descrito na matrícula nº 14.727 e eventual ilegalidade da doação efetuada pelo município de Rio Verde de Mato Grosso/MS.

Rio Verde de Mato Grosso – MS, 22 de maio de 2018.

MATHEUS CARIM BUCKER

Promotor de Justiça

SETE QUEDAS

EDITAL N° 007/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Sete Quedas-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Rui Barbosa, 780, centro, CEP. 79.935-000.

Inquérito Civil n. 06.2018.00001826-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Empresa OI S.A

Assunto: Apurar violação difusa a direitos do consumidor em razão da péssima qualidade dos serviços de telecomunicações prestados pela empresa OI S.A no Município de Paranhos/MS.

Sete Quedas, 08 de junho de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça.